

AS REPERCUSSÕES DO PACOTE

Opiniões ficaram divididas

Diferentes opiniões vêm sendo manifestadas, em todo o País, sobre as medidas econômicas anunciadas ontem pelo presidente José Sarney. Enquanto o governador de Minas Gerais, Hélio Garcia, elogiou as medidas, principalmente as de caráter social. O secretário da Fazenda da Bahia, Benito Gama, não gostou do pacote econômico, por entender que as medidas anunciadas deveriam ser precedidas de outras, relativas à contenção dos gastos públicos.

Para o governador Hélio Garcia, o fim da recessão é uma realidade no país. Ele lembrou, ontem, em Belo Horizonte, que o terror dos brasileiros pela recessão econômica diminuiu gradativamente com as medidas tomadas na área econômica. Ressaltou, entretanto, que é necessário persistir no combate à inflação, "porque ela corrói, é destruidora e avassaladora para todos".

O governo deveria primeiro conter os gastos para então demonstrar à Nação o resultado e, finalmente, aumentar a sua receita, aprimorando o sistema tributário. A opinião é do secretário da Fazenda da Bahia, Benito Gama, para quem as medidas anunciadas são complementares, mas não deveriam ser conjuntas. Segundo Benito Gama, como o governo investe pouco no Nordeste as repercussões do pacote serão bem maiores no Sul do País, nos Estados mais desenvolvidos.

Ao comentar o pacote fiscal anunciado pelo presidente José Sarney, o presidente da Federação da Agricultura de São Paulo, Fábio Meirelles, afirmou que o setor agrícola entende ser fundamental a consolidação do processo político brasileiro para o fortalecimento da democracia. "Se não tomarmos medidas concretas e corajosas no campo econômico, acrescentou, não vamos manter o ideal democrático".

Fábio Meirelles acha que as empresas com maior poder econômico-financeiro devem procurar dar, cada vez mais, sua contribuição, mas o governo não pode permitir que elas sejam desestruturadas. Ele defendeu um equilíbrio justo na cota de sacrifício, exigida da iniciativa privada e da área estatal e lembrou que grande esforço já vem sendo feito no sentido de disciplinar os gastos governamentais.

A economista Maria da Conceição Tavares, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e integrante da comissão que estuda a reformulação

do sistema habitacional, disse que as medidas vão fortalecer as cadernetas de poupança, que têm grande função social. De seus financiamentos, explicou, saem programas eminentemente sociais, como a construção de casas populares e saneamentos básicos, em benefício das populações carentes.

Segundo a economista, a adoção de um índice único para reajustar salários e outros setores econômicos do País tem a vantagem de evitar as especulações financeiras. Maria da Conceição Tavares acredita que as decisões tomadas estão no caminho certo.

Existem aspectos positivos e outros não tão favoráveis entre as medidas anunciadas pelo governo, com o objetivo de sanear o déficit público e aumentar a arrecadação de impostos. Essa é a opinião do professor da Universidade de São Paulo, Antônio Lanzana, para quem a adoção de um índice único para reajustar preços, câmbio e salário, poderá trazer dificuldades futuras ao governo, em função de uma possível perda de liberdade de mudanças de preços relativos.

Com relação à área fiscal, Lanzana observou que a necessidade de se reduzir o déficit público justifica um aumento dos tributos. O que é louvável nesse setor, disse ele, é a forma como foi proposta, englobando uma taxaça maior para pessoas com rendas mais altas e empresas com capacidade para fazer frente a tais encargos. O economista elogiou ainda a preocupação com o social contida no pacote e a importância das medidas virem acompanhadas de um programa de redução dos gastos governamentais.

O presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajaman, disse que as medidas econômicas favorecem não apenas o comércio mas a sociedade como um todo. Observou que o Brasil, nos últimos anos, tem vivido com grande ansiedade este estado de mudanças. "Estamos a poucos meses

do governo do presidente José Sarney, e já observamos que ele tem procurado ser justo", disse Szajaman, acrescentando que a reforma tributária, enviada ao Congresso, tem o objetivo de acertar muitas coisas, em benefício da Nação Brasileira. Ao anunciar um pacote de medidas fiscais e econômicas, muitas de caráter impopular, o governo demonstrou, mais uma vez, uma grande dose de firmeza, coragem e autoridade. Foi o que afirmou o diretor da Federação das Indústrias de São Paulo, Carlos Eduardo Uchôa Fagundes.

Afif faz críticas

São Paulo — Em princípio, "o Homem de Visão" de 1985, o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, não concorda com nenhum dos pontos contidos no "pacote econômico do governo". Na sua opinião, "o adiamento do anúncio das medidas de anteontem para ontem ocorreu porque os parlamentares quiseram evitar a aplicação de um passa-moleque nos Estados e Municípios, pois apenas a União se beneficiará com a proposta de elevação da carga tributária.

Afif — recebeu o prêmio concedido para revista "Visão" inclusive pela sua ação em defesa das livre iniciativa — ponderou pelo adiamento, "porque certos pontos não agradavam a maioria dos parlamentaristas".

O que mais pesou foi a integração do governo de só elevar o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), que não fica com os Estados e Municípios. "Ao contrário, vai todo para tapar os buracos da União".

Da forma com que foi concedido o "pacote" irá elevar a receita tributária da União em 19,66 por cento, o que corresponde a um acréscimo de Cr\$ 60 trilhões à arrecadação total prevista pelo governo para 1986, que será de Cr\$ 305 trilhões 100 bilhões, calculou o presidente da Associação Comercial, durante uma entrevista programada pelos organizadores do prêmio "Homem de Visão".

Vidigal é contra

Porto Alegre — "É a última vez que como contribuinte, aceito passivamente aumento de imposto para redução do déficit público". A reação partiu do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, (FIESPI), Luiz Eulálio Bueno Vidigal, diante da proposta de elevação da carga tributária do novo pacote econômico do governo.

"O importante justificou Vidigal — é que haja correspondente sacrifício do governo no controle dos gastos públicos. Como membro do Conselho Monetário Nacional (CMN) pretendo votar contra qualquer nova proposta de aumento da carga tributária, como forma de reduzir o déficit público".

Como "grande contribuinte", o presidente da Fiesp aceitou a decisão oficial de aumentar a alíquota do imposto de renda para as faixas mais elevadas de salário, "como uma justiça fiscal, desde que parceiros de mesma renda paguem imposto". Lembrou ser

grande o índice de sonegação do tributo, especialmente nas faixas salariais mais altas, o que, no seu entender, deveria ser combatido pela Receita Federal com uma fiscalização mais rigorosa e na busca de aumentar o número de contribuintes.

O salário deixa de ser salário, e passa a ser renda, quando permite a formação de poupança — observou o líder industrial paulista.

Simon acha justo

O ministro da Agricultura, Pedro Simon, disse que as medidas econômicas anunciadas ontem pelo presidente da República "são justas e têm apoio unânime até dos partidos da oposição, pois foram adotadas após discussões com todos os setores da sociedade".

Simon destacou que "em conversa com parlamentares, pessoas do povo, funcionários públicos e empresários" soube que o "pacote está sendo chamado de Robin Hood. O Imposto de Renda irá retirar mais dos que têm mais e poupar os mais pobres, além de distribuir mais recursos para a área social".

Sobre os Cr\$ 22 trilhões destinados à formação de estoques reguladores e subsídios a produtos agrícolas, o ministro Simon disse que "a realidade poderá determinar alterações no total dos recursos". O ministro salientou que este ano foram gastos pelo Governo Cr\$ 24,7 trilhões no custeio do plantio agrícola. Cr\$ 3 trilhões para o crédito de investimento e Cr\$ 13 trilhões na comercialização dos produtos.

Severo concorda

Belo Horizonte — "O novo pacote econômico contém medidas que correspondem àquilo que o PMDB defendeu em sua campanha, ou seja, combater a inflação e reduzir o déficit público, sabendo de quem tirar estes recursos", comentou ontem, em Belo Horizonte, o senador Severo Gomes. Acrescentou que as medidas indicam que o peso maior cairá sobre os que possuem renda mais alta, e sobre a especulação financeira, enquanto fica assegurado o aumento real de salários. "Enfim, são medidas tributárias que aumentam a justiça social do país", analisou.

Para o senador, o governo não somente tem condições de cumprir os programas sociais incluídos no pacote, como tem a "obrigação de cumpri-los". Ressaltou que o absurdo é viver num país onde "a grande massa das crianças não bebe leite, observando que a questão não pode ser analisada sob o

prisma de país rico e país pobre:

"Em Cuba, todas as crianças até 3 anos de idade têm a sua disposição um litro de leite por dia. Aqui, é que o problema é inexplicável, um país com esta potencialidade e com a capacidade de aumentar sua produção de leite, acontecer da grande maioria das crianças brasileiras estar condenada a tantas deficiências por falta de leite."

Ele acredita, inclusive, que não há problema se no início do cumprimento do programa de alimentação, for necessário importar leite, já que a produção atual de leite é pequena e o país já importou o produto no passado sem problemas.

Lyra vê correção

Um grande passo na correção dos desníveis sociais no País foi como o ministro da Justiça, Fernando Lyra, classificou o pacote de medidas econômicas do governo, assinado ontem, no Palácio do Planalto, pelo presidente Sarney, e enviado ao Congresso Nacional para aprovação.

Também o líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, classificou as medidas como "muito positivas, que regulam o déficit público levando-o praticamente à extinção e viabilizam projetos de grande alcance social", por isso, ele acredita que o Congresso irá aprovar a matéria sem qualquer problema.

Pimenta da Veiga informou, também, que todos os parlamentares que já tomaram conhecimento das medidas propostas ficaram bem impressionados e apoiam a matéria. Ele ressaltou a importância dos programas sociais que, não só fazem parte dos planos do governo, como vêm sendo defendidos diariamente pelo Congresso e elogiou as medidas de austeridade administrativa, uma das primeiras promessas da Nova República.

Metalúrgico apóia

São Paulo — O presidente da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de São Paulo, Argeu Egydio dos Santos, manifestou ontem seu apoio ao pacote de medidas econômicas divulgado pelo presidente José Sarney, com o objetivo de reequilibrar as finanças públicas do País. Segundo o sindicalista, a redução de tributação do imposto de renda na fonte recolhido pelos assalariados, representa uma velha aspiração dos trabalhadores, além de significar mais dinheiro no bolso para as diversas categorias, permitira a ampliação do mercado interno e um aumento do

número de empregos. Embora aplauda essa decisão, analisando-a como um avanço, diz que para que ela se transforme em positiva, precisa ser acompanhada do acionamento de instrumentos pelo governo, capazes de impedir que o aumento da tributação incidente sobre as empresas não seja repassado ao consumidor.

"Do contrário, tudo o que estaria sendo feito seria invalidado. Teríamos um poder aquisitivo um pouco maior hoje e amanhã retornaríamos a estaca zero", alertou. A grande esperança dos trabalhadores, acrescentou, é a de que o governo coíba o abuso do poder econômico.

Empresário elogia

Porto Alegre — Empresários de todo o País que participam, nesta capital, do Encontro Nacional das Indústrias de Alimentação e Bebidas fizeram muitos elogios ontem ao conjunto de medidas econômicas divulgado pelo governo. O presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luiz Octávio Vieira, era um dos mais entusiasmados afirmando que o governo deixou clara a vontade de restaurar a justiça social.

O próprio Luiz Octávio providenciou para que os empresários pudessem assistir ao pronunciamento do presidente José Sarney, determinando a interrupção de um painel. Diante de um pequeno televisor e o som amplificado de uma emissora de rádio local, o empresário acompanhado atento e silenciosamente os discursos de Sarney e do ministro Dilson Funaro.

Albano confia

Porto Alegre — O conjunto de medidas anunciado pelo presidente José Sarney foi recebido com "confiança e esperança", pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco prevendo ontem em Porto Alegre, que, as decisões de alcance social "beneficiarão indiretamente as indústrias". Ele explicou que o Governo através do corte de despesas, terá agora condições de investir na complementação alimentar, incluindo o leite, como foi anunciado.

Albano Franco também considerou como importante o fato de o presidente José Sarney ter traçado suas linhas políticas no pronunciamento, embora admitindo que o anúncio de cortes nos gastos públicos possa criar problemas para algumas empresas. O presidente da CNI afirmou que "em compensação, teremos mais recursos para investimento, com consequência na baixa da taxa de juros".